

A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: desafio das organizações aprendentes

Atália Maria Fernando Saíde Mondlane
Ornila Domingos Verol Sande Liasse

Resumo

Discussões sobre qualidade na educação têm tomado lugar de destaque em fóruns nacionais e internacionais. É relativamente a esta questão que o presente estudo discute os pressupostos básicos das organizações aprendentes para o alcance da qualidade na educação. Inicialmente são abordados conceitos sobre educação, e qualidade organizações aprendentes e, de seguida, é apresentada uma abordagem sobre a qualidade da educação nas escolas do ensino básico em Moçambique. Tendo em vista a complexidade da temática, através de pesquisa bibliográfica, são debatidos aspectos ligados as dimensões intrínsecas (intra-escolares) e extrínsecas (extra-escolares) sobre qualidade da Educação assim como as dimensões da qualidade na educação propostos pela Unicef. De igual forma, faz analogia entre as cinco disciplinas expressas por Peter Senge no tocante a construção de organizações aprendentes sob uma direcção prospectiva para o futuro. Sem descorar que a tarefa de prover educação é, por um lado do Estado e, por outro da família, sendo das duas em sincronia, a pesquisa aduz o papel dessas instituições sociais no tocante ao compartilhamento de suas responsabilidades neste processo. Desta forma, aponta a importância da rede de relações entre o Estado, representado pela escola, e a família em prol do comprometimento por uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Qualidade, Educação, Organizações aprendentes, Escola

THE QUALITY OF EDUCATION: Challenges of the beginning organizations

Abstract

Discussions concerning to education quality has been the main topic in national and international forums. By doing so, this is the main topic which will be discussed within this study, where we discuss the basics principles for the organizations to achieve quality in education. At the beginning we bring the different concepts about education, quality of learning organizations in education area, following, we talk about the quality of education for basic level in Mozambican schools. Taking into account its thematic complexity, by bibliography research we discuss the topics in a broad way in intrinsic dimension (intra- schools) and extrinsic (extra- schools) about education quality as well as the dimensions of education quality proposed by UNICEF. In the same point, we analyze among the five subjects analyzed by Peter Sege who highlight the aspect that organizations should pay attention on the learner's future. We also highlight that the government is the main provider of education and the family as well, this means that they should work in synchrony with the social organizations on the responsibility. By doing so, we highlight the aspect of the relationship between the government, the schools and the family for us to achieve quality in education.

Key Words: Quality, Education, Learning Organizations, School.

INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre “*A qualidade na educação: desafio das organizações aprendentes*”, uma das temáticas actuais e faz parte dos debates no âmbito da educação em Moçambique e no mundo. Reconhecendo que as discussões sobre organizações aprendentes tem recebido atenção crescente no campo de estudos organizacionais (WATKINS & MARSCI:1993), este estudo nos remete a discussão, por via do suporte teórico, de fundamentos para percepção em volta pressupostos básicos que demonstram como as organizações aprendentes podem garantir a qualidade na educação.

Note-se que, actualmente, as organizações aprendentes tem se revelando uma forma estratégica e intencional que visa maximizar os processos na aprendizagem e na gestão educacional de forma a aperfeiçoar a inovação e a sua flexibilidade institucional. Portanto, falar de organizações aprendentes considera-se necessário neste artigo, pelo facto de poder auxiliar na percepção do complexo cenário actual na gestão e organização dos sistemas educativos. Dai que, por via da construção de organizações aprendentes, perante aos desafios com as quais a escola se depara procurar-se, no seu quotidiano, utilizar práticas que possam deste modo ajudar a enfrentar o futuro com convicção e responsabilidade.

Assim, torna se necessário por um lado, que os gestores garantam o envolvimento de todos os actores organizacionais na edificação de uma cultura de aprendizagem colectiva e, por outro lado, estar preparados para responder às expectativas, geradas por eles nessas pessoas de influência nas decisões e práticas da empresa (SENGE, 1994 apud COELHO s/d, p:37).

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: DESAFIO PARA AS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES

Falar de educação e de qualidade não é tarefa fácil. A educação sempre constituiu preocupação nos diversos estados, sendo que, tem sido assumida como direito e dever de todos e de cada um dos cidadãos. E, a preocupação com a qualidade na educação também não fica de lado.

Antes de dar continuidade, importa definir o que se percebe por educação. Para alguns pensadores ela é entendida como processo de socialização dos indivíduos com vista a ocasionar mudanças emocionais e sociais onde as novas gerações adquirem formas de ser e de estar materializados a partir de valores e habilidades. Para outros, a mesma é compreendida como processo dinâmico de relações sociais com vista a formação integral do indivíduo, regulada por processos políticos e sociais, considerada assim como direito e dever dos indivíduos.

Como é sabido, a educação pode ocorrer por via de três modalidades – educação não formal, educação informal e educação formal (LIBÂNEO, 2012). As três modalidades de educação que existem ocorrem em espaços convencionais ou não, são resultado de acções de diferentes actores e, tem a função adaptadora e de criação de situações para que o indivíduo adquira conhecimentos.

Por este pensar, nota-se na visão de LIBÂNEO (2012:133) que "a educação deve ser entendida como um factor de realização da cidadania, com padrões de qualidade da oferta e do produto, na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão social". É essa educação que permite modelo diferente de agir em direcção a inovações constantes, de modo a alcançar os objectivos educacionais e permitir obter a qualidade.

Debater sobre questões da qualidade na educação remete-nos, também, a um olhar para o conjunto de aspectos ligados as dimensões intrínsecas (intra-escolares) e extrínsecas (extra-escolares) sobre as quais incide a formação integral do indivíduo e, envolve, de igual forma, atenção as dimensões de qualidade.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

A preocupação com a qualidade, vinda de Walter Andrew Shewhart¹ (1891-1967), físico, inspirou William Edwards Deming² e outros em relação a melhoria da qualidade de produtos e serviços em função das necessidades.

A qualidade, conceito histórico e polissêmico, é um fenómeno complexo que, olhada em direção a educação, tem em vista considerar diferentes actores, as dinâmicas pedagógicas, os currícula, as expectativas de aprendizagem, a participação da família, e outros factores que interferem nos resultados educativos.

De salientar que a qualidade na educação está directamente relacionada com a qualidade da gestão educacional que, por sua vez, é composta articulação dos critérios de eficiência e eficácia e relevância.

Partindo do princípio de que só com uma organização escolar aprendente alcançar-se-á a qualidade na educação, de que tanto almejamos, procura-se perceber o cenário marcado pela articulação dos diferentes factores para responder que dimensões devem ser prestadas em consideração e a partir de que indicadores asseguraríamos a qualidade na educação.

O manual de ACÇÃO EDUCATIVA (2013) intitulado "O uso dos indicadores da qualidade na educação na construção e revisão participativas de planos", advoga que:

Os Indicadores da Qualidade na Educação constituem uma proposta metodológica de autoavaliação participativa capaz de mobilizar e envolver os diferentes atores da escola – estudantes, professores/as, gestores/as, familiares, funcionários/as, representantes de organizações locais etc. – em discussões sobre a qualidade da educação escolar (ACÇÃO EDUCATIVA, 2013:13).

¹ Walter Andrew Shewhart, nasceu a 18 de Março de 1891 em New Canton, físico considerado pai do controle estatístico de qualidade.

² William Edwards Deming, nasceu a 14 de Outubro de 1900, estatístico e professor universitário, considerado pai do controle de qualidade moderno.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

Note-se que o uso dos indicadores de qualidade depende de escola para escola. Eles constituem aspectos importantes que ajudam a avaliar e melhorar a qualidade da escola. Por sua vez, melhorada a qualidade da escola teremos também melhorada a educação dos alunos. Este processo é realizado de forma criativa, onde a escola explica os actores sobre os objectivos os indicadores para que cada um esteja apropriado e caminhe em direcção ao alcance do objectivos educacionais.

Consideram-se as dimensões para indicadores da qualidade na educação "o ambiente educativo, a prática pedagógica e avaliação, o ensino e aprendizagem da leitura e escrita, a gestão escolar democrática, a formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, o ambiente físico escolar e acesso e permanência dos alunos na escola" (ACÇÃO EDUCATIVA, 2007).

Organizações aprendentes uma análise sobre a escola

A abordagem sobre organização aprendente demonstra ser necessário, tomar-se consciência sobre como esta, a partir da sua construção, permite alcançar-se a qualidade da educação, tomando consideração as dimensões escolares intrínsecas e extrínsecas que nela se insere para o seu desenvolvimento. Falar da qualidade da educação nos remete à necessidade de olhar para a escola como organização, em que esta se insere num cenário complexo que enfrenta e simultaneamente procura se redimensionar dos dilemas existentes da educação.

Por este ponto de vista, trata-se de uma escola que, pela sua objectividade na formação de alunos, muda o seu paradigma na forma gerir para alcançar resultados satisfatórios, procurando se identificar através de processo de mudanças com foco a responder desafios inerentes ao mundo e a comunidade. Ela procura constantemente aprender, para responder as demandas da comunidade escolar e da sociedade exigindo-se novas dinâmicas com vista a garantir um enquadramento de uma certa realidade.

A discussão sobre organizações aprendentes remota a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90, momento que começou a ganhar popularidade, e por via disso o desenvolvimento deste estudo coloca como prioridade para reflectir como a organização

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE aprendente procura construir novas perspectivas e acções de desenvolvimento em prol para uma educação de qualidade.

WATKINS & MARSCIK (1993:7-9) entendem que uma organização aprendente é aquela que aprende continuamente e se transforma. E, a aprendizagem é um processo contínuo, estrategicamente usado e integrado e, decorrendo em paralelo com o trabalho. Pelo que esta resulta da mudança no conhecimento, cultura e comportamento organizacional. Por esta via, SENGE (1998) recorda que as mesmas precisam resgatar a capacidade de ver o mundo como um sistema de forças entrelaçadas e relacionadas entre si, nas quais as pessoas aprenderão a criar resultados desejados e a usar novos, padrões de raciocínio. Pois, a escola como organização revela-se como um espaço de construção de experiências e vivências e de aprendizagens em que se aceita as diversidades dos actores sociais, na qual “aprendem, aprimoram, constantemente, suas capacidades de criar, e a verdadeira aprendizagem...”(SENGE, 1990:22), com o desígnio de se alcançar a qualidade/eficácia na educação.

Precisamos lembrar que as escolas do ensino básico em Moçambique enfrentam dilemas como por exemplo a presença de alunos com necessidades especiais nas salas de aula regulares, a composição de turmas, a implementação do currículo, a formação dos professores, etc, que causam constante preocupação. E, com isso, as expectativas intensificaram-se, conseqüentemente as obrigações ficaram mais difusas. (FULLAN & HARGREAVES, 2000:17).

Em conformidade com os autores FULLAN & HARGREAVES (2000:17) em sua obra sobre “a escola como organização aprendente: buscando um educação de qualidade” apontam problemas comportamentais e sociais que acontecem nas salas de aula, dos quais julgam-se ser de grande importância, aspectos que revelam o estado actual do ensino o quanto mudou comparado ao que era antes era. Esta questão constitui o ponto de partida para pensarmos no desenvolvimento deste trabalho o reconhecimento e a importância de se abordar como as organizações aprendentes podem garantir a qualidade diante dos problemas inerentes nas escolas.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

É realidade que, os professores e os directores das escolas dentro de suas responsabilidades demonstrem maior compromisso e a necessidade de lidar com uma ampla gama de habilidades e de comportamentos em suas actividades.

Nisso, percebe-se a maior exigência e responsabilidade – do professor e trabalho conjunto que se revele uma prática realizada de forma conjunta e participativa o que significa, que intensifique mais o seu trabalho e planeie mais com colegas, compartilhando e desenvolvendo em conjunto suas especializações e seus conhecimentos, ao invés de tentar enfrentar as exigências sozinho (idem, 2000:19).

FULLAN & HARGREAVES (2000:21) apud LITTLE (1981) descreveram que “a forma como se obtém melhoria na escola é quando os professores envolvem-se em conversas constantes, contínuas e cada vez mais concretas e precisas sobre a prática de ensino (diferentemente de se falar das características e dos fracassos de professores, de sua vida social, dos fracassos e falhas etc)”. Nesta óptica, apesar de alguns afirmarem ser um obstáculo, torna-se necessário que os gestores garantem o envolvimento de todas as pessoas da organização, desde o professor, na edificação de uma cultura de aprendizagem colectiva e por outro lado têm que estar preparado para responder às expectativas, geradas por essas pessoas e influencia-las nas decisões e práticas da organização (SENIGE, 1994 apud COELHO s/d:37).

Tomando em conta o pressuposto da colectividade entre os actores escolares, FULLAN & HARGREAVES (2000) afirmam que:

“Pode às vezes ser uma oportunidade do que um empecilho. Ao invés de evoluir como uma maneira valiosa de trabalho, pode, eventualmente, ser imposto como um sistema inflexível. Por exemplo o trabalho individual possui seus momentos de valor, mas costuma ser pouco considerado. Mas não se deve desconsidera-lo por completo. Na verdade, a capacidade de pensar e de trabalhar de maneira independente (bem como colectivamente) é essencial à reforma”. (FULLAN & HARGREAVES, 2000:23)

Pesquisadores moçambicanos sobre organizações aprendentes, a exemplo de BAZO (2011:17), afirma que a construção de organização aprendente não é facilmente aplicável na cultura escolar, olhando o papel dos gestores no caso particular das

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE organizações educativas, Defende ainda que às actividades e responsabilidades dos gestores se sobrepõem aos desafios políticos nas suas organizações, ou seja, coloca-se em causa a forma de liderança exercida por este e em muitos casos não é compartilhada.

Necessário é a criação de organizações inteligentes que, em suas atribuições, fazem-se criar organizações inteligentes. SENGE (1990) afirma que as organizações inteligentes são aquelas que progredem, são as que exploram a experiência colectiva, bem como os talentos e capacidades das pessoas para aprenderem a ter sucesso em equipa.

Embora se reconheça pelos autores FULLAN & HARGREAVES (2000:77) que não se pretende “defender como compartilha ou colegial, algo forjado, capaz de substituir a confiança organizacional por truques administrativos”, mas sim se defende uma confiança que vai além do conhecimento profundo das relações interpessoais que leva a uma orientação positiva.

Para SENGE (1990.3) analisou o processo prática normativa de orientação sobre organizações aprendentes, ou seja, considerou diferentes perspectivas para direcção prospectiva de futuro para o desenvolvimento organizacional definindo cinco disciplinas como:

- (i) **Domínio Pessoal** – refere-se a possibilidade de continuamente esclarecer e aprofundar visão pessoal, a capacidade e o comprometimento de uma organização em aprender não podem ser maiores que seus integrantes e, a disciplina do domínio pessoal começa esclarecendo aquilo que nos é realmente importante, levando-nos a viver a serviço das nossas mais altas aspirações;
- (ii) **Modelos mentais** – incluem ideias enraizadas e paradigmas que interferem sobre as atitudes dos intervenientes na organização, muitas vezes sem que se tenha consciência disso;
- (iii) **Visão Compartilhada** - a organização deve ter uma missão genuína para que as pessoas dêem o melhor de si e adoptem uma visão compartilhada, na qual prevaleça o compromisso e o comprometimento em lugar da

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

aceitação. Assim, os líderes aprendem que não há como querer ditar uma visão, acreditando que ela será assimilada automaticamente;

- (iv) ***Aprendizagem em Equipe*** – referencia a unidade de aprendizagem moderna em grupo e não individualmente. Coloca-se como pressuposto o diálogo e permite a facilitação da aprendizagem em equipa e, quando esta produz resultados. Seus integrantes crescem mais rápido e a organização também.
- (v) ***Pensamento Sistémico*** – caracteriza-se como o elo de ligação, ajuda a perceber a organização as coisas como parte de um todo, não como peças isoladas, bem como criar e mudar a sua realidade.

Contudo, por tudo quanto foi desenvolvido importa concluir que a qualidade da educação por conta da construção de organização escolar aprendente revela-se-nos de grande valia, quando se expõe claramente seus objectivos perante os actores escolares para que estes possam corresponder às necessidades da mesma. Isto implica uma visão compartilhada tendo em conta o futuro desta pois, em última instância, todos os elementos pertencentes a mesma são responsáveis pela qualidade que irá proporcionar.

Nesta perspectiva, é preciso ter metas alcançáveis. Para o efeito uma planificação bem elaborada poderá ajudar a não tornar impossíveis os objectivos, ou seja, a construção de uma cultura organizacional para que entendam as mudanças que serão efectuadas dentro da mesma.

Sobre Políticas Públicas da Educação

As Políticas da educação tem tomado uma dimensão muito ampla de discussão, dado o avanço necessidade da reformulação dos objectivos educacionais que recorrem para uma orientação e garantia de direitos dos cidadãos. Elas envolvem os compromissos e tomadas de decisões com vista alcançar a efectividade dos objectivos ao nível das escolas.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

O termo Políticas vem se revelando como polissêmico e, sofreu várias conotações. É designado por (i) sistema político ou designa-se como actividade política, (ii) a competição política ou processos políticos (politics) ou, ainda, (iii) a acção pública ou acções públicas (police, policies), os programas de acção pública, isto é “dispositivos políticos administrativos coordenados em princípio em torno de objectivos explícitos” (MULLER e SUREL, 2002:11).

Desta feita, com o tempo, tomou uma nova dimensão para significar medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as actividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público. Especificamente, Políticas Públicas Educacionais aludem sobre o que um governo faz ou deixa de fazer em relação à Educação sendo que, na visão de Bonde (2016), entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino.

Theonig (2006) menciona que a noção de politica pública mais descritiva:

Designa as intervenções de uma autoridade investida de poder público e de legitimidade governamental sobre um sector específico da sociedade ou de um território. [...] Essas intervenções podem tomar três formas principais: as políticas públicas veiculam conteúdos, se traduzem por serviços e geram efeitos. Elas mobilizam actividades e processos de trabalho (THEONIG (2006:328).

Em Moçambique a Política Pública de Educação tem foco nas representações escolares e é prevista na resolução nº 8/95 de 22 de Agosto de 1995, na Constituição da República de Moçambique, que consagra a educação como um direito e um dever de cada cidadão. Portanto, o governo é responsável pela concepção das políticas da educação, no qual reconhece a educação como sendo prioritária e define-a como “um instrumento central para a melhoria das condições de vida e a elevação do nível técnico e científico dos trabalhadores. Igualmente é considerada como meio básico para a compreensão e intervenção nas tarefas do desenvolvimento social, na luta pela paz e reconciliação nacional” (PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO, 1995: 5).

Como afirmado anteriormente, a educação tem um sentido amplo que abrange questões que se aprende socialmente (comunidade, família etc) e não somente se restringe

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE ao ambiente da escola. A educação é entendida como escolar quando ela for susceptível de restrição por um sistema que é resultado de políticas públicas.

Uma vez reconhecendo que as políticas de educação são entendidas por acções públicas que envolve responsabilidades entre o governo – representado pela escola ou instituições que a representam, a comunidade e família, é fundamental que todos actores e demais profissionais da educação conheçam-na para garantir a sua efectivação e qualidade. A educação, neste caso, expressa numa nova relação entre desenvolvimento organizacional e a democracia, como um dos factores que podem contribuir com a melhoria da qualidade de vida e a consolidação dos valores transmitidos aos alunos na escola.

Diante das configurações sociais e educacionais da desigualdade, bem como considerando as distintas dimensões da igualdade escolar, por óbvio colocam-se desafios imensos para as políticas públicas sociais e, dentro destas, as educacionais (FARENZENA, 2011).

Nisso, actualmente em Moçambique, o governo desenvolve algumas acções para promover a educação cujo foco é o alcance da qualidade, porém, por vezes os objectivos na são alcançados, devido à vários factores dentre eles a acção e a responsabilização e processo educativo.

Sobre a relação Estado (escola) – Família

O Estado, representado pela escola, é uma organização social e ela é também um local onde se cruzam metas, objectivos, interesses e jogos de poder entre os intervenientes. Pela diversidade de actores que a compõem, esses aspectos fazem com que surjam conflitos no seio dos mesmos.

Esses conflitos, em grande parte, ajudam a escola a crescer e a desenvolver na medida em que o gestor, sendo a pessoa a quem compete a interpretação dos objectivos propostos pela organização, pela sua actuação, através do planeamento, da organização, da liderança ou direcção e do controlo de forma a atingir os objectivos organizacionais

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE conseguindo fazê-lo em conjunto com os actores escolares para o bem da escola, em primeiro lugar.

Nhavoto et all defendem a ideia de que:

A escola encontra-se, hoje, no centro de atenções da sociedade, porque é amplamente reconhecido que a educação, na sociedade globalizada e economia centrada no conhecimento, constitui um valor estratégico para o desenvolvimento da sociedade e condição importante para a qualidade de vida das pessoas (NHAVOTO et all, 2009:17).

A escola, é seguramente, uma das mais importantes instituições de entre todas as que até hoje a sociedade foi capaz de criar. Mas a escola é uma instituição histórica; isto é, nem existiu sempre, (...), o que existiu sempre e continuará existindo – é a função educativa (PIMENTA et all, 1999:72). E, na visão de MARRAS (2002:16), a escola é entendida como organização social constituída por alunos, professores, pais, encarregado de educação, representantes do poder autárquico, económico e social, que partilhando um mesmo território e participando da herança cultural comum, constituem um todo com características e dinâmicas próprias.

A escola apresenta-se-nos como uma instituição social básica, como um conjunto de relações, processos e recursos para satisfazer interesses e necessidades comuns. A escola como instituição responde à necessidade social de transmitir cultura, socializar o indivíduo e prepará-lo para desempenhar um papel na sociedade.

Para PINTO (1999:147) citando KING (1982), diz que a escola existe porque existem pessoas que detendo determinados estatutos num sistema de interacção com determinada delimitação desempenham papéis específicos, através dos quais a instituição e os seus membros prosseguem os correspondentes objectivos.

ALVES (1996:68) apresenta que a gestão escolar é o conjunto de actividades e operações que tornam possível o processo de educação (...) é uma actividade directamente ligada a técnica.

No referente a participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola, tem-se notado que essa participação é "mais simbólica do que real e é concebida

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE de um modo meramente formal e minimalista, mais como imperativo de relações públicas do que como processo efectivo de transferir poder para os pais.

Nos anos transatos, por exemplo no ensino básico, era notório que, a quando da recepção das avaliações os alunos eram informados que deveriam fazer chegar ao conhecimento dos pais as suas notas e na aula à seguir mostrar o professor a assinatura do pai na sua prova. Essa situação mostrava que os pais estavam a par do desempenho e educação escolar de seus filhos e via-se maior preocupação dos alunos em não levar notas negativas com medo de uma repreensão. Havia maior adesão dos pais as “reuniões de pais e encarregados de educação”. Nos dias de hoje, devido a várias razões como as transformações sociais, económicas, políticas e culturais já não se faz sentir com igual frequência a presença dos pais na educação escolar dos alunos.

Acredita-se que todos os pais sabem que são responsáveis pela vida de seus filhos, seu bem-estar, a sua saúde, a sua educação e o seu futuro e, sem deixar de lado o facto de ser um dever destes tomar parte da vida da escola em que estes estejam inseridos. Quanto ao grau de empenhamento dos participantes, participação pode ser: Activa - quando os pais/encarregados de educação têm um elevado envolvimento na escola; Reservada - quando os pais/encarregados de educação têm uma participação menos voluntária, mais expectante ou mais calculista como forma de proteger interesses e de não correr riscos; Passiva - quando os pais/encarregados de educação não aproveitam as possibilidades de participação (LIMA, 1998:135).

A família é o meio natural da criança, sendo o seu apoio e o seu estímulo ao seu desenvolvimento. Cabe a esta constituir o clima afectivo e a base de estabilidade necessária ao processo de crescimento da criança, que se pretende pleno e, a escola aparece como um prolongamento da família.

Uma das primeiras tarefas dos pais e encarregados de educação no tocante a escola está patente no artigo 5 da Lei 6/92 é a promoção da inscrição das crianças em idade escolar, apoiando-as nos estudos, evitando as desistências particularmente antes de completar as sete classes do ensino primário. Para tal, dizer que, as funções da escola e da família não se sobrepõem, antes se completam.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

Com isso, nota-se uma extrema importância da participação dos actores na construção de escolas eficazes pois, esta vem de um clima de trabalho que, na óptica de BRUNET (1992:131), classifica-se em clima de tipo participativo - de carácter consultivo – onde a comunicação é de tipo descendente e a elaboração das políticas e das decisões gerais é feita no topo mas é permitida uma participação a diversos níveis organizacionais e, clima de tipo participativa – de participação de grupos onde a comunicação não se faz apenas de forma ascendente e descendente, mas também de forma horizontal. O processo de tomada de decisão está disseminado por toda a organização escolar, sendo muito bem integradas nos diferentes níveis hierárquicos.

Todavia, a escola precisa constantemente envolver-se com o mundo exterior e com ele negociar seu futuro, ou seja, deve relacionar com o exterior caracterizando-se por novas ideias, melhores práticas em todos locais, estímulo, pressão para levar em conta necessidades da sociedade (...). As escolas colaboradoras podem obter sucesso se estabelecerem relações fortes de trabalho com os pais e a comunidade (FULLAN & HARGREAVES, 2000:71).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num momento em que se exige qualidade na educação, torna-se relevante trazer alguns subsídios para discussão sobre a temática. Nisso, reconhece-se a contribuição dos actores (a exemplo do Estado e da Família) na construção e efectivação do processo.

A interlocução permanente entre o Estado – a escola e a Família, através das relações sociais, em especial as que afectam o clima e cultura escolar, bem como a autonomia atribuída, é fundamental para a construção de organizações aprendentes.

Sem discorar da importância da articulação dos aspectos intrínsecos e extrínsecos que dela necessitam para a aprendizagem, notamos antes porém uma ampla interposição nas escolas dos dispositivos legais de articulação dos objectivos previstos e da práxis educativa – Políticas Públicas.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

Cada escola é responsável por buscar estratégias adequadas que possibilitem o seu desenvolvimento. Assim, prestando atenção às dimensões de qualidade na educação, os indicadores a serem tomados em conta devem estar a serviço da formação integral dos alunos pois a escola de qualidade, ou seja, a escola eficaz, coloca o aluno como foco de sua preocupação.

Percebe-se a partir do texto que, tanto quanto difícil é construir uma organização escolar aprendente e que seja eficaz tão complicado é, também, alcançar a qualidade na educação.

Para que a efetiva implantação da qualidade na educação se concretize, torna-se imprescindível a existência de organizações escolares aprendentes. Pois, não existe qualidade na educação sem o aprendizado constante dos indivíduos e das organizações.

E, para que seja possível, devemos, porém, construir e reconstruí-la continuamente com a participação de todos os atores.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. M. *Modos de Organização, Direção e Gestão de Escolas Profissionais: Um estudo de quatro situações*. Porto Editora. Lisboa. 1996

BONDE, Rui Amadeu. *Políticas Públicas de Educação e Qualidade de Ensino em Moçambique*. Dissertação para obtenção do título de MESTRE, em Políticas Públicas Estratégicas e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2016.

BRUNET, Luc. *Clima de trabalho e eficácia da escola*. Em NÓVOA, António (coord.). *As organizações escolares em análise*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1992

COELHO, Pedro M. “*Learning Organizations: As empresas como Learning Organizations*”: in “*The Fifth Discipline Fieldbook*” Peter M. Senge, Art Kleiner, Charlotte Roberts, Richard B. Ross, Brian J. Smith Currency Business, 1994.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

FARENZENA, Nalú. *Responsabilidade Pública para com as políticas públicas de educação: algumas reflexões*. Porto Alegre, v. 5, n.1, p. 96 – 112. – ISSN: 1982-3207. 2011

FULLAN. Michael, HARGREAVES Andy. *A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade*. Editora ARTMED. 2ª edição. Porto Alegre. 2000

LIBÂNEO, José Carlos; Oliveira, João Ferreira de; Thoschi, Mirza Seabra. *Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Licínio. *A escola como organização e a Participação na organização Escolar*. 2ª Edição. Universidade do Minho. Braga. 1998.

MELLO, Guiomar Namo de. *Políticas públicas de educação. Programa Educação Para a Cidadania*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 1991.

MULLER, Pierre, SUREL, Ives. *Análise das políticas públicas*. Pelotas, EDUCAT, 2002.

NHAVOTO, Arnaldo. BUENDIA, Miguel e BAZO, Manuel. *Direcção e Gestão de escolas promovendo processos de mudança e formação de direcções de escola*. Ministério da Educação. Maputo. 2009.

PIMENTA, Maria de Lurdes; MARTINEZ, Ricardo; MATIAS, Nelson; SARAIVA, Leonor; PINTO, Jorge. *Dimensões de Formação na Educação: Contributos para um Manual de Metodologia Geral*. Gráfica Europam, Lda. Portugal. 1999

PINTO, Conceição Alves. *Sociologia da Escola*. Editora McGrawHill. Portugal. 1999

SENGE, P. *A quinta disciplina*. (O. Traduções, Trad.) São Paulo: Best Seller. 1998

SENGE, Peter M. *A quinta disciplina*. São Paulo: Editora Best Seller, 1990.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 0000-000 ON LINE

THOENIG, Jean-Claude. *Politique publique*. In : BOUSSAGUET, Laurie; JACQUOT, Sophie e RAVINET, Pauline. *Dictionnaire des politiques publiques*. Paris: Sciences Po– Les Presses, p. 328-335, 2006.

WATKINS, K.E. e MARSICK, V.J. *Sculpting the Learning Organisation, Chapter 1, Sculpting the Learning Organisation*, San Francisco: Jossey Bass, 3-23. 1993.

Revistas

O uso dos Indicadores da Qualidade na Educação na construção e revisões participativas de Planos de Educação / Ação Educativa – São Paulo: Ação Educativa, 2013, 1ª edição.

Indicadores da qualidade na educação/ Ação Educativa, Unicef, Pnud, INEP, Seb/MEC (coordenadores) – São Paulo: Ação Educativa, 2007, 3ª edição ampliada.

Legislações

Lei 6/92 de 6 de Maio. *Sistema Nacional da Educação*.

Resolução nº 8/95 de 22 de Agosto de 1995, Aprova a política nacional de educação e estratégias de implementação.

Recebido: 17/11/2017

Aceito: 23/11/2017

Sobre autoras e contato:

Atália Maria Fernando Saíde Mondlane
Docente da Universidade Pedagógica de Moçambique
Celular - (+258) 826889500
e-mail: atalia_saide@hotmail.com

Ornila Domingos Verol Sande Liasse
Docente da Universidade Pedagógica de Moçambique
Celular - (+258) 825533940
e-mail: ornilas@gmail.com